
REFLEXÃO SOBRE A METODOLOGIA DO ENSINO DE FILOSOFIA

REFLECTION ON THE METHODOLOGY OF PHILOSOPHY TEACHING

Por: Emanuel Isaque Cordeiro da Silva – IFPE-BJ, CAP-UFPE e UFRPE¹

Etimologicamente, a palavra *método* é constituída pelos termos gregos *metá*, "por meio de", e *hodós*, "caminho". O método é, portanto, um "caminho por meio do qual" chegamos a um fim, atingimos determinado objetivo.

Vejamos qual é o desafio para o professor estabelecer seu método, tendo em vista os fins pedagógicos do ensino de filosofia. Começemos comparando a metodologia do filósofo com a do cientista, para constatar uma diferença fundamental: os cientistas procuram manter certa "cumplicidade metodológica", caracterizada pelo que se chamou de *paradigma*, um modelo comum a todos os cientistas de um determinado campo do saber, durante um período do tempo; já os filósofos não são unânimes quanto às regras do método, de modo que os caminhos percorridos por eles são diferentes, como percebemos no contato com o pensamento de Platão, Descartes, Espinosa, Hegel, Husserl, para citar apenas alguns.

Ao escolher o programa das aulas com o conteúdo a ser discutido em cada ano do curso, ocorre algo semelhante: nas disciplinas das áreas de matemática e ciências da natureza, por exemplo, o campo do saber é aceito pela comunidade científica, o que orienta o professor dessas disciplinas na composição daquele conteúdo. Já para a aula de filosofia, existe mais flexibilidade de escolha tanto do conteúdo como da metodologia empregada.

¹ Bacharelado em Zootecnia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (2019-). Tecnólogo em Agropecuária pelo Instituto Federal de Pernambuco Campus Belo Jardim (2016-2018). Normalista (magistério) pela Escola Estadual Frei Cassiano Comacchio (2014-2017). Pesquisador assíduo de assuntos com cunho educacional, filosófico, político e social. Contatos: esaque335@gmail.com / eics@discente.ifpe.edu.br e WhatsApp: (82)9.8143-8399.

A diferença entre o ensino das demais disciplinas e o ensino da filosofia nos coloca a seguinte questão: "Se não existe um método único para orientar os filósofos - já que não há uma filosofia, mas filosofias qual o sentido, aqui, de buscar um método para ensinar a filosofar?". De fato, o professor-filósofo possui sua visão de mundo, como todo ser humano integrado a seu tempo, ciente dos problemas éticos e políticos diante dos quais toma partido. Nesse sentido, ele teria também o seu próprio método, acrescido esse fato ao conhecimento que o professor dispõe de história da filosofia.

Contudo, pode-se reavaliar essa objeção se destacarmos a possibilidade de alternativas metodológicas que poderão enriquecer a atividade pedagógica.

1. Riscos de instrumentalizar a filosofia

O compromisso do professor com o exercício do filosofar decorre de não ser o seu objetivo encaminhar os alunos na direção "certa" ou "guiá-los como um farol" para que "não se extraviem". A aula de filosofia cria um espaço de discussão de conceitos, exposição plural de ideias e problematização para que permita aos educandos desenvolverem as competências necessárias para pensar por conta própria, ou seja, para a autonomia intelectual.

Qual seria, então, o objeto do ensino de filosofia no ensino médio? Dizendo de outra forma, a aula de filosofia teria objetivos além do próprio filosofar?

Vejamos alguns exemplos de risco de instrumentalização da filosofia.

1.1 O ensino de filosofia é neutro?

Trata-se de uma questão metodológica indagar se seria possível a neutralidade do professor em filosofia. Podemos perguntar: "Um professor de filosofia cristão ou ateu, liberal ou marxista, platônico ou nietzschiano pode ou não repercutir nas aulas sua formação e suas preferências?".

É ilusório imaginar a total neutralidade nesse campo. Podemos destacar na formação do professor-educador três aspectos importantes:

- *qualificação*: o professor precisa adquirir os conhecimentos indispensáveis ao ensino de um conteúdo específico;
- *formação pedagógica*: a atividade educativa supera os níveis do senso comum para se tornar uma atividade sistematizada;
- *formação ética e política*: o professor educa com base em valores.

Assim diz o professor Antônio Joaquim Severino, a propósito da formação de todo e qualquer educador:

Sem dúvida, um curso de formação de educadores pressupõe necessariamente um mínimo de habilitação técnica, fundada n um campo de conhecimentos científicos. [...] Também ao educador, como a qualquer outro profissional, impõe-se a exigência da competência, entendida como domínio de conteúdos, dos métodos, das técnicas especializadas relativas à área dos conhecimentos educacionais. [...]

Mas, sem prejuízo deste compromisso com a competência, os cursos de formação de educadores têm que assumir um outro compromisso: o de dar sólida formação política, mediante adequada conscientização dos aspectos políticos, económicos e sociais da realidade histórica em que se desenvolvem os processos educacionais nos quais atuará o futuro educador. [...] Todo projeto educacional será necessariamente um projeto político e não há como evitá-lo. A educação, como qualquer outra atividade humana, não é um processo neutro. Considerá-la assim é reforçar posições político-ideológicas consolidadas (1966, p. 13-14). (Temas Básicos de Educação e Ensino).

No entanto, espera-se que, no ensino médio, o professor não se restrinja às suas preferências, porque a sala de aula é o espaço por excelência do *pluralismo* e da *diversidade*. Desnecessário dizer que não é desejável qualquer tipo de proselitismo, que abre caminho para uma doutrinação sectária. Ao contrário, é salutar oferecer um leque maior de concepções filosóficas.

Não nos referimos, no entanto, a uma "asepsia" pela qual os alunos não tenham acesso às posições assumidas pelo professor. Evitar a parcialidade em temas socialmente controversos não significa abster-se de opinar, desde que sua posição esteja ancorada em argumentações firmadas na sua experiência com a história da filosofia e aberta ao debate plural.

Com essas ponderações, não se pretende indicar regras de conduta ao professor, mas apenas acenar com a necessidade de refletir sobre alternativas entre parcialidade e neutralidade do ensino a fim de não instrumentalizar a filosofia.

1.2 A filosofia “ensina” cidadania?

Uma polêmica despertada pelo artigo 2º da LDB de 1996 nos ajuda a refletir um pouco mais sobre o tema do risco da instrumentalização da filosofia:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

No que se refere ao ensino de filosofia, a pergunta é a seguinte: "Pode-se dizer que um dos objetivos da filosofia no ensino médio é ensinar cidadania?". Esse questionamento não visa negar a importância de educar para a cidadania, mas convém saber como fazê-lo.

Posicionando-se sobre esse debate, vejamos o que diz o documento do MEC *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*, elaborado em 2006:

Independentemente, neste momento, de qualquer avaliação acerca da concepção que se apresenta na legislação, cabe ressaltar, em primeiro lugar, que seria criticável tentar justificar a filosofia apenas por sua contribuição como um instrumental para a cidadania. Mesmo que pudesse fazê-lo, ela nunca deveria ser limitada a isso. Muito mais amplo é, por exemplo, seu papel no processo de formação geral dos jovens (BRASIL, 2006, p. 25-26).

Após ressaltar que preparar para a cidadania é "um papel do conjunto das disciplinas e da política pública voltada para essa etapa da formação", lemos na mesma página do referido documento:

A pergunta que se coloca é: qual a contribuição específica da filosofia em relação ao exercício da cidadania para essa etapa da formação? A resposta a essa questão destaca o papel peculiar da filosofia no *desenvolvimento da competência geral de fala, leitura e escrita* — competência aqui compreendida de um modo bastante especial e ligada à *natureza argumentativa da filosofia e à sua tradição histórica*. [realce nosso] Cabe, então, especificamente à filosofia, a capacidade de análise, de reconstrução racional e de crítica a partir da compreensão de que tomar posições diante de textos propostos de qualquer tipo (tanto textos filosóficos quanto textos não filosóficos e formações discursivas não explicitadas em textos) e emitir opiniões acerca deles é um pressuposto indispensável para o exercício da cidadania (BRASIL, 2006, p. 25-26).

A educação para a cidadania, portanto, não se reduz necessariamente à leitura de textos específicos sobre cidadania, embora estes não sejam desconsiderados. O ensino de filosofia tem como objetivo desenvolver a *competência discursivo-filosófica*. Não há cidadania se não for alcançada a autonomia do pensar crítico, que, na filosofia, tem o seu diferencial pelo recurso à tradição filosófica. Ao levantar problemas, a filosofia estimula a indagação e fortalece a capacidade de conceituação e argumentação.



φιλοσοφία



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, H. P. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. 6ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Ciências humanas e suas tecnologias. *In*: **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Médio: Bases Legais. Brasília: MEC, 1999.

FOLSCHIED, D.; WUNENBURGER, J. J. **Metodologia filosófica**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

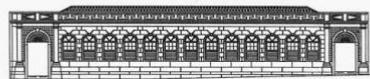
GALLO, S. **Metodologia do ensino de filosofia**: uma didática para o ensino médio. Campinas: Papirus, 2012.

KOHAN, W. O. (Org.). **Políticas do ensino de filosofia**. Rio de Janeiro: DP6A, 2014.

SEVERINO, J. A. **Educação, ideologia e contraideologia**. 1ª ed. São Paulo: EPU, 1966.



Rua do Riachuelo, 303, Centro, Rio de Janeiro, RJ
Casa Histórica de Osório
CEP: 20230-011
E-mail: secretariado@academia-de-filosofia..org.br



ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOSOFIA
Ad Veritatem

